

Justiça quer novo acordo com Prefeitura de SP após descumprimento de abertura de vagas em creche

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu nesta quinta-feira, 1º, por uma nova pactuação com a Prefeitura de São Paulo, após o descumprimento da decisão que determinava a abertura de 150 mil vagas na educação infantil (creche e pré-escola) até o fim do ano passado. A gestão Fernando Haddad (PT) deixou de abrir 60,7 mil vagas nessa etapa para cumprir a ordem judicial.

[\(O Estado de S. Paulo, 01/06/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Abertura de novas vagas em creche será apenas por convênios Foto: HELVIO ROMERO|ESTADÃO

Uma audiência de conciliação, para que a gestão de João Doria (PSDB) apresente um cronograma detalhado de como vai zerar a fila por vaga nessa etapa, foi marcada para o dia 1º de agosto. O atual governo tem como promessa a criação de 65 mil vagas em creche (que atende crianças de 0 a 3 anos) até março de 2018. Por enquanto, nenhuma nova creche foi inaugurada, mas a Secretaria de Educação diz que foram abertas 4,5 mil novas vagas, com o uso de vagas ociosas nas unidades.

A pasta diz que a fila de espera para a pré-escola foi zerada no final de maio - com a criação de 10.548 vagas, através da transformação de espaços pedagógicos em salas de aula, uma auditoria para ocupar vagas ociosas e a matrícula de crianças em escolas que ficam a mais de 2 quilômetros de distância de suas casas e passaram a receber transporte escolar.

A fila de espera por creche em São Paulo chega a 87 mil crianças. A Prefeitura espera terminar este ano com a criação de 43 mil vagas nessa etapa. O secretário Alexandre Schneider diz que a abertura de novas vagas deve ocorrer apenas em setembro, porque foram atualizadas as regras para o convênio com as instituições - a expansão da rede será por meio de creches conveniadas - e por questões orçamentárias.

“Quando um convênio é firmado é preciso orçamento para 12 meses, então criar ao longo do ano tem um impacto menor”, diz. Segundo ele, a pasta tem um orçamento de R\$ 2 bilhões para os convênios.

Detalhamento. Salomão Ximenes, que representou a Ação Educativa, uma das associações autoras da ação, disse que a audiência de conciliação deve cobrar da nova gestão um plano detalhado da expansão de vagas e da qualidade da oferta.

“A Prefeitura precisa indicar quando e aonde vai abrir essas vagas. Precisa especificar a promessa genérica que fez de reduzir o número de alunos por sala. É preciso ter metas claras e não só promessas”, afirma.

A advogada Alessandra Gotti, do Grupo Interinstitucional de Educação Infantil (GTIEI), disse que o novo acordo também deve estabelecer a abertura de mais vagas além das 60,5 mil que faltaram da gestão anterior. “Não podemos considerar a decisão de abertura de 150 mil vagas como um número fixo. Aquela era uma meta mínima e a demanda já aumentou, nosso objetivo é equacionar a fila de espera que hoje já tem 87 mil crianças”, diz.

O **Estado** tentou contato com a assessoria de Haddad no início da noite desta quinta-feira, mas não obteve resposta. Ao concluir o mandato, a gestão petista divulgou ter aberto 89,2 mil vagas na educação infantil - 72,8 mil em creches e 16,4 mil na pré-escola.

[SPM defende igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, durante audiência pública](#)

Mais de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros já estão envolvidos no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. São cerca de 44% mulheres e 56% homens, em 122 empresas participantes.

(SPM, 31/05/2017 - [acesse no site de origem](#))

Os dados foram apresentados pela secretária especial, Fátima Pelaes, em audiência pública realizada ontem (30) na Câmara dos Deputados, que discutiu o empoderamento feminino no mercado de trabalho.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado em 2005 e tem como objetivo maior a promoção da igualdade entre mulheres e homens no ambiente do trabalho, no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção.

Fátima Pelaes destacou os resultados positivos já alcançados pelas empresas participantes: 42,3% garantem a licença-paternidade estendida e 87,17% garantem a licença-maternidade de 180 dias. Das 122 empresas que já aderiram ao programa, 65 são públicas, 49 privadas e 8 mistas.

Ela também falou da Rede Brasil Mulheres, uma iniciativa da SPM, para ampliar e fortalecer todas as ações, públicas ou privadas, voltadas às mulheres. E citou como exemplo o Ministério da Saúde, que tem programa específico voltado à saúde da mulher, e o Ministério da Educação, que vai incluir a violência contra as mulheres nos temas a serem abordados nas escolas.

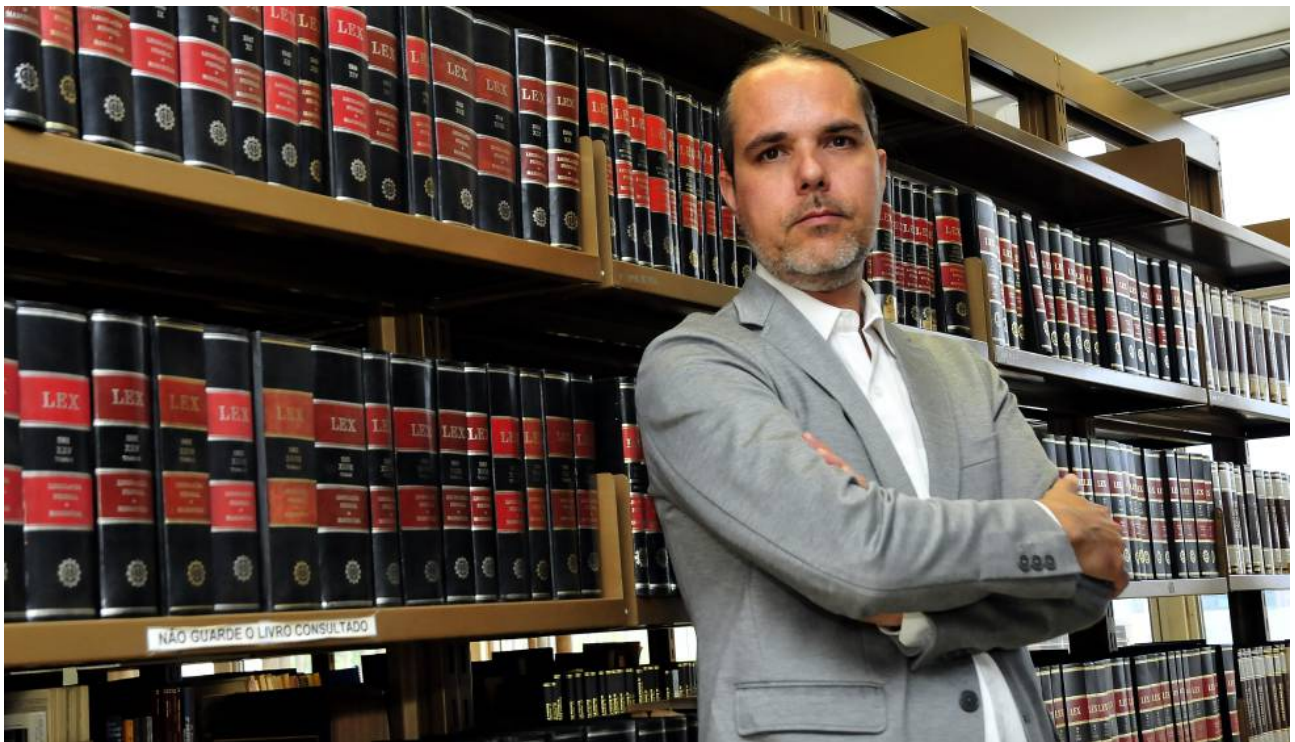
“O enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção da igualdade entre mulheres e homens são desafios impostos a todos os brasileiros, de forma individual ou coletiva, em organizações, empresas, associações, sejam públicas ou privadas”, defendeu Pelaes.

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, da Câmara dos Deputados, por conta do projeto de Lei [2821/08](#), do deputado Renato Molling (PP-RS), que torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil, como sindicatos, fundações, associações e organizações não governamentais. O debate foi coordenado pela deputada federal Soraya Santos, relatora do PL.

Quase metade das mulheres terá dificuldades em se aposentar com reforma de Temer, diz pesquisador do IPEA

Marcelo Medeiros, professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de pesquisador visitante da Universidade de Yale, está muito atento ao debate sobre a reforma da Previdência. Para ele, a reforma é necessária, mas não pode ser feita às pressas, nem deixar de lado as pessoas mais vulneráveis. Ele acredita que o Governo precisa rever algumas concessões, pensar em longo prazo e corrigir medidas como excluir estados e municípios da reforma.

[\(El País, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Marcelo Medeiros na UnB. ARQUIVO PESSOAL

Pergunta. A reforma da Previdência é necessária?

Resposta. Esta reforma não vai ser definitiva. O Brasil precisa de uma reforma da Previdência agora e, provavelmente, de outra em um futuro não muito distante. Mas ser a favor de reforma não significa aceitar qualquer reforma. Não dá para ignorar que o país é muito desigual e que a Previdência reflete isso. Uma fatia pequena das aposentadorias e pensões é responsável pela maior parte do gasto previdenciário. Se é para fazer economia, é nessas aposentadorias mais altas que a economia precisa ser feita. Tratar todo mundo da mesma maneira é injusto. Os mais pobres, que entram e saem do setor informal, têm que ter mecanismos de proteção dentro da reforma, senão a carga em cima deles é excessiva. A responsabilidade fiscal tem que andar de mãos dadas com a responsabilidade social.

P. Este é o momento ideal para fazer a reforma?

R. Seria melhor se FHC ou Lula tivessem feito. Os dois tinham muito apoio popular, tentaram e avançaram, mas muito pouco. Este é um momento político ruim para discutir a Previdência. O governo está fragilizado porque, na prática, não foi eleito para isso e o Congresso está sob acusações graves, tem pouca legitimidade para mudanças constitucionais. O risco de tomar decisões sem legitimidade é que elas podem ser mais facilmente revertidas no futuro. Veja a PEC que limitou os gastos públicos, por exemplo. É o Congresso fragilizado de hoje tentando mandar no orçamento de um Congresso que ainda vai ser eleito daqui a quinze anos. É difícil políticos aceitarem isso, é provável que a PEC seja desmontada por governos futuros.

Mas o pior não é isso. Decisões apressadas e sem convencimento generalizado criam condições para que surjam governos populistas. Na próxima década teremos um país saindo de uma recessão, com restrição a gastos públicos, pressões de natureza econômica e social, e as duas forças políticas de equilíbrio, PT e PSDB, extremamente fragilizadas internamente e externamente. Em política é difícil prever o futuro, mas o caldo de cultura para o populismo está criado. Não é o caso de um embate entre direita e esquerda, é outra coisa. Populistas não

têm ideologia.

P. Por que você diz que a reforma não é definitiva?

R. Em política e economia não existe isso de tudo ou nada. Não existe reforma definitiva, porque o mundo muda e as políticas têm que acompanhar a mudança. Nosso modelo de Previdência se encaixa bem em uma sociedade em que todo mundo tem emprego estável e de carteira assinada. Funcionaria bem na Europa de antigamente. Mas o trabalho no mundo inteiro está passando por uma transição, cada vez menos gente trabalha como empregado estável. Estão crescendo os trabalhos temporários por conta própria, como se a pessoa fosse uma empresa e não um empregado. Isso tem implicações para a Previdência, pois quem faz as contribuições para financiar a Previdência são os empregados formais. Advogados e médicos são exemplos da mudança, eles trabalham como empresas individuais ou coletivas e por isso pagam bem menos à Previdência. Isso também acontece com pessoas de renda mais baixa, a empregada doméstica regular vai sendo substituída pela diarista. Se isso continuar a forma de financiamento [da Previdência] terá que ser outra, algo como o Imposto de Renda, por exemplo. Como as mudanças já estão ocorrendo, é melhor começar a pensar nelas agora.

P: Mas e o trabalho hoje?

R: O mercado de trabalho no Brasil hoje tem três características que são importantes para a Previdência: muita informalidade, muita gente com renda baixa e uma diferenciação entre homens e mulheres. Muita informalidade significa que as pessoas não têm carteira assinada e, por isso, é difícil para elas contribuir para Previdência durante anos seguidos até atingir o mínimo de 25 anos para se aposentar. Renda baixa agrava o problema, pois é difícil para quem ganha pouco deixar de gastar com a família para contribuir como autônomo. Para cuidar de filhos e netos mulheres caem na informalidade ou saem do emprego durante um certo tempo e isso reduz seu tempo de contribuição, tornando mais difícil sua aposentadoria. Não se trata exatamente de uma escolha, mulheres não têm alternativas como creches e escolas em tempo integral. Combine essas coisas e a conclusão é uma só: existe uma parte grande da população brasileira que trabalha muito, mas terá grande dificuldade para cumprir 25 anos de contribuição e se aposentar. Os cálculos são de que para mais de um terço da população, esses 25 anos são tempo demais. Para as mulheres, aliás, é bem pior, quase metade terá grande dificuldade. É errado tratar todos da mesma forma, aposentadorias de baixa renda têm que ser mais acessíveis. Não é uma questão de mexer nas idades e sim nos tempos de contribuição para aposentadorias no valor mínimo.

P. Em um artigo escrito para a *Folha de S. Paulo*, economistas do governo afirmam que a reforma da Previdência tem que incluir o BPC (Benefício de Prestação Continuada) por conta de “distorções” no programa. Qual sua opinião à respeito?

R. Distorções no BPC não justificam reduzir seu valor. Se o BPC tem problemas administrativos, eles não vão ser resolvidos pela reforma da Previdência, tem que ser resolvido na esfera administrativa. Coisa, aliás, sobre a qual o governo não tem que reclamar, afinal ele tem o dever de administrar direito o BPC. Toda política precisa de ajustes contínuos, o BPC não é diferente. O governo se queixa de concessão por juízes, mas é preciso saber melhor o que está acontecendo. As linhas de pobreza do BPC são mais baixas que as do Bolsa Família, parte do problema pode ser que os juízes estão entendendo que isso é duro demais com idosos pobres. Não há nada de errado em levantar um debate público sobre quem merece proteção social no país e criar leis que reflitam escolhas sobre o que fazer com os idosos. Não precisa

mudar a Constituição para isso. O que não pode haver é antipatia em relação à assistência social.

P. Então a reforma vai acabar sendo paga só pelos pobres?

R. Isso não é verdade. Há regras na proposta de reforma que são muito positivas e não afetam tanto os mais pobres. Um exemplo é o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Essa medida afeta todo mundo, mas afeta mais os trabalhadores de renda mais alta. Mas existem trabalhadores de renda mais alta que estão sendo poupados sem nenhuma justificativa econômica para isso, só pelo receio de seu poder político. É muito ruim ter uma reforma dura com as mulheres e com os trabalhadores do setor informal enquanto militares e funcionários públicos de Estados e Municípios são deixados de fora. Não tem problema ter desigualdade se ela for criada para proteger os mais pobres. Mas então você cria a mesma regra para ricos e pobres e o primeiro gesto é dizer “é igual para todo mundo exceto certos grupos onde estão os mais ricos”? Não dá para começar uma reforma de forma ambígua e esperar que todo mundo confie na promessa de que esse problema vai ser enfrentado depois. Tem que haver um prazo limite para que Estados e Municípios façam suas reformas e a lei para mudar a aposentadoria dos militares tem que ser apresentada dentro do pacote político que discute a reforma geral.

P. A reforma da Previdência pode ter um impacto negativo na economia?

R. Tem impacto na economia, mas não dá para especular. As mudanças não têm grande impacto agora, vão começar a ser sentidas daqui a uma década. É difícil porque a gente não sabe como o Brasil será daqui a dez, vinte anos, principalmente no cenário atual onde a instabilidade é forte.

P. Como a reforma da Previdência pode impactar na vida das mulheres?

R. Na proposta inicial não havia preocupação alguma com as mulheres. O Congresso quer mudar isso. Se a proposta inicial não for alterada, o impacto negativo na vida das mulheres vai ser forte e não está claro que a economia feita compense. Por exemplo, há a ideia de impedir o acúmulo de aposentadorias e pensões. Isso por um lado tem que ser feito, para controlar aposentadorias muito altas. Mas precisa ser mais bem calibrado para aposentadorias de valor baixo, usando, por exemplo, um teto para o que pode ser acumulado, podendo até mesmo haver um certo desconto no valor final. Isso está sendo discutido agora e é mais sensato do que simplesmente proibir qualquer tipo de acumulação.

Tem muita gente falando de idades mínimas, mas para as mulheres mais importante que as idades são os tempos de contribuição obrigatórios, porque as mulheres saem do emprego formal para cuidar das crianças e demoram um pouco para voltar. Como isso não vai mudar facilmente, precisa ser levado em conta pela Previdência, os tempos de contribuição mínimos das mulheres têm que ser menores que os dos homens, ao menos para as aposentadorias de valor mais baixo.

Tudo isso tem um custo, portanto é preciso discutir as alternativas levando os gastos em consideração. Aliás, tem que discutir os custos dessas e das outras alternativas. A pergunta tem que ser “com custo do benefício que vamos dar para determinada categoria profissional, o que nós poderíamos fazer pelas mulheres ou pelos trabalhadores do setor informal”? A reforma foi feita correndo e não se discutiu alternativas. Não teve um debate muito claro. E é evidente que o Governo está tentando apressar o Congresso. Mas nós precisamos de uma reforma que seja socialmente e fiscalmente responsável. Uma coisa não pode existir sem a outra.

Rede de Mulheres Parlamentares destaca importância da presença feminina na política e nas empresas

“Na crise econômica e financeira que o mundo atravessa, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar o saber das mulheres”, ressaltou parlamentar de Portugal

A importância de mais mulheres na política e nas empresas foi debatida nesta terça-feira (4) durante a Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O evento, que acontece na Câmara dos Deputados, termina nesta quarta-feira.

[\(Câmara Notícias, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Garantir vagas para as mulheres nos altos cargos de grandes empresas é aproveitar o conhecimento das mulheres e garantir desenvolvimento econômico para os países”, disse a deputada portuguesa Elza Pais, em audiência sobre o combate à discriminação de gênero no mercado de trabalho.

Leia mais: [Rede de Mulheres Parlamentares discute saúde, bem-estar e empoderamento feminino \(Câmara dos Deputados, 05/04/2017\)](#)

Elza Pais destacou o exemplo de Portugal, que por meio de uma lei aprovada em 2006, conseguiu aumentar a participação feminina para 33% do total de deputados no país. Agora, os parlamentares estudam a adoção de uma norma que amplie a presença feminina em empresas estatais.

“As nossas culturas têm se organizado de forma a desperdiçar o saber das mulheres. As mulheres são muito qualificadas, têm muito saber. Na crise econômica e financeira que o mundo atravessa, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar o saber das mulheres”, afirmou.

Espaços de poder

Presidente da Rede Mulher da Assembleia Parlamentar, a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) disse que todas as discussões realizadas até agora demonstram a importância de mais mulheres ocupando os espaços de poder.

“Enquanto as mulheres não despertarem para os espaços de poder - o lugar em que definimos as políticas que queremos para nossas vidas -, todos os setores da sociedade ficarão capengas”, disse. Para a deputada, a ausência de representação feminina traz impactos em diferentes setores, sejam na economia, na saúde e até na violência doméstica.

Empreendedorismo

A gerente de programas da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, afirmou que o empreendedorismo é uma forma de dar às mulheres mais poder sobre suas vidas, mas a maioria delas ainda enfrenta dificuldades para ampliar sua ação empresarial. Para ela,

políticas públicas podem reduzir essas dificuldades.

“A criação do microempreendedor individual, com incentivos e facilidades para a formalização, fez com que entre 2009 e 2014 aumentasse em 800% a quantidade de mulheres microempendedoras formalizadas”, afirmou.

Ana Carolina Querino defendeu ainda igualdade de salários como forma de garantir condições adequadas de vida para as mulheres. Segundo dados da ONU, a diferença salarial média entre homens e mulheres é de 27%. No Brasil é de 30%, mas chega a 40% na comparação entre homens brancos e mulheres negras.

Reportagem - Karla Alessandra

Edição - Ralph Machado

[Comissão amplia estabilidade para mulher em licença-maternidade](#)

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL 6285/16) que compatibiliza a licença-maternidade de seis meses concedida por empresa participante do Programa Empresa Cidadã à estabilidade no emprego das mulheres, que hoje é de cinco meses, pela Constituição.

[\(Câmara dos Deputados, 03/04/2017\)](#)

A proposta é de autoria do deputado Augusto Carvalho (SD-DF) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Laercio Oliveira (SD-SE). O texto altera a Lei 11.770/08, que criou o Empresa Cidadã.

Leia mais: [CCJ admite PEC que obriga SUS a disponibilizar equipe multiprofissional para gestantes \(Câmara dos Deputados, 03/04/2017\)](#)

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê a estabilidade no emprego para as empregadas gestantes até cinco meses após o parto. Isso significa que, atualmente, as mulheres com licença-maternidade de seis meses ficam um mês sem a cobertura da estabilidade gestacional.

O relator explicou que recentes decisões judiciais procuram compatibilizar os dois períodos (estabilidade gestacional e licença-maternidade). O projeto, segundo ele, resolve de vez a questão ao fazer a mudança na lei.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada ainda pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

PL-6285/2016

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Marcelo Oliveira

Menores de 4 anos têm pouco acesso a creche e mulheres são principais responsáveis pelo cuidado

IBGE: 7,7 milhões de crianças nesta faixa etária não têm matrícula na educação infantil

Desde novembro do ano passado, Alessandra Moreira, de 37 anos, tenta uma vaga para a filha Amanda, de 2 anos, em uma creche municipal no Centro do Rio. O tempo de espera pela matrícula significa, também, uma longa pausa em sua trajetória profissional como auxiliar administrativa: com o marido trabalhando e sem orçamento para pagar uma creche particular, é ela quem fica em casa para cuidar da menina.

[\(O Globo, 30/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

— Estou à espera da vaga, mas enquanto isso estou desempregada. Minha vida virou de cabeça para baixo. Procurei creches particulares, mas elas são caras e não quero deixá-la com outra pessoa — desabafa Alessandra, que também é mãe de um adolescente.

Leia mais:

[Acesso a creches ainda longe do esperado por governo e população \(O Globo, 29/03/2017\)](#)

[Apenas 25% das crianças com menos de 4 anos frequentam creche ou escola \(Agência Brasil, 29/03/2017\)](#)

[IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio \(Agência Brasil, 29/03/2017\)](#)

A dificuldade de acessar a creche é sentida também por Ruth Caroline Farias, de 25 anos, que espera uma vaga para a filha Isabella, de 1 ano e 3 meses, na Zona Oeste do Rio. Enquanto a fila de espera de 34 crianças não anda, quem fica durante a semana com Isabella é o pai — o que acaba impedindo que ele, desempregado, volte ao trabalho como servente de pedreiro.

— É estressante porque eu sei que é um direito meu. Além de atrapalhar a vida financeira, não conseguir uma creche afeta também o desenvolvimento de Isabella — acredita Ruth.

As famílias de Alessandra e Ruth refletem os dados do estudo “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015. Apenas 25,6% das crianças menores de 4 anos estão em creche ou escola — um percentual distante da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, de

no mínimo 50%. Isto significa que, das 10,3 milhões de crianças nesta faixa etária no Brasil, 7,7 milhões não estão matriculadas na educação infantil.

O estudo mapeou também quem são os principais responsáveis por cuidar dessas crianças — não necessariamente pais ou parentes. Em 83,8% dos casos, esta tarefa recai sobre as mulheres. E, assim como para Alessandra, isto significa uma dificuldade a mais no acesso ao trabalho. Entre responsáveis do sexo feminino, o índice de ocupação (profissional) é de 45%, mas chega a 89% quando quem cuida da criança é do sexo masculino.

— Os dados apontam para uma realidade que é sentida por todas nós e não é nova — destaca Hildete Pereira de Melo, economista da Universidade Federal Fluminense (UFF). — As mulheres são extremamente penalizadas na ocupação, têm trabalhos mais precários e maior desemprego. Além disso, o aparato do Estado, dando acesso à creche, por exemplo, é muito precário. Isto tudo está relacionado: principalmente entre as mulheres pobres, quem tem filho abaixo de 14 anos está na rua da amargura.

SALÁRIO E SANEAMENTO

A relação entre primeira infância e poder econômico também foi analisada pelo IBGE, e a conclusão é que há mais menores de 4 anos em domicílios de baixa renda. Famílias com rendimento abaixo de um salário mínimo per capita concentram 73,9% dos lares com crianças pequenas, e apenas 40,9% dos lares sem crianças nesta faixa. A partir da renda per capita acima de um salário mínimo, esta relação se inverte, com a maioria dos domicílios sem menores de 4 anos. O rendimento médio mensal per capita das famílias que abrigam crianças na faixa etária pesquisada é de R\$ 715, o equivalente a 53% da renda de quem não tem criança em casa.

— Este estudo foi desenvolvido com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [em maio de 2016, a pasta passou a integrar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário] no contexto do programa Brasil Carinhoso. Dados já mostravam que a pobreza era bastante incidente em domicílios com crianças — aponta Adriana Araújo Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Beringuy ressalta que, mesmo que as crianças não contribuam para o rendimento das famílias por não trabalharem — diminuindo o “bolo” a ser dividido per capita —, dados absolutos para o rendimento dos domicílios também mostram uma associação entre presença de crianças pequenas e renda menor.

Os lares em que vivem os menores de 4 anos tendem a ter outro indicador preocupante: um menor acesso ao saneamento básico. Redes coletoras de esgoto ou fossas sépticas, por exemplo, estão presentes em 77,1% dos lares com crianças pequenas, e em 81,2% daqueles sem.

— A falta de acesso à creche e ao saneamento demonstra que há uma violação da garantia de prioridade absoluta aos direitos da criança na Constituição Federal. Não é uma escolha do gestor, é compulsório — afirma a advogada Thais Dantas, do projeto Prioridade Absoluta, do Instituto Alana. — Na primeira infância, é importante que as crianças tenham adultos de referência, o que ajuda nos vínculos de confiança. Portanto, isto não deve se centrar só na figura da mãe. Na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade é compartilhada entre família, comunidade e Estado.

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que há diversas ações em curso para ampliar e qualificar o acesso de crianças menores de 4 anos a creches. Entre eles, a previsão de R\$ 80 milhões para o programa Brasil Carinhoso e o plano de construção de 615 creches “paralisado pela gestão anterior”.

Além disso, a pasta espera que a divulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no próximo dia 6 de abril “trará orientações claras para o atendimento em creche do ponto de vista pedagógico, social e comunicativo”.

POR MARIANA ALVIM

Acesso a creches ainda longe do esperado por governo e população

Dados inéditos sobre primeira infância no Brasil são divulgados pelo IBGE

Apenas 25,6% das crianças menores de 4 anos estão em creche ou escola, um percentual ainda bastante distante da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, de no mínimo 50%. Isto significa que, dentre as 10,3 milhões de crianças nesta faixa etária no Brasil, 7,7 milhões não estão matriculadas na educação infantil. Os dados fazem parte do estudo “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, publicado nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015.

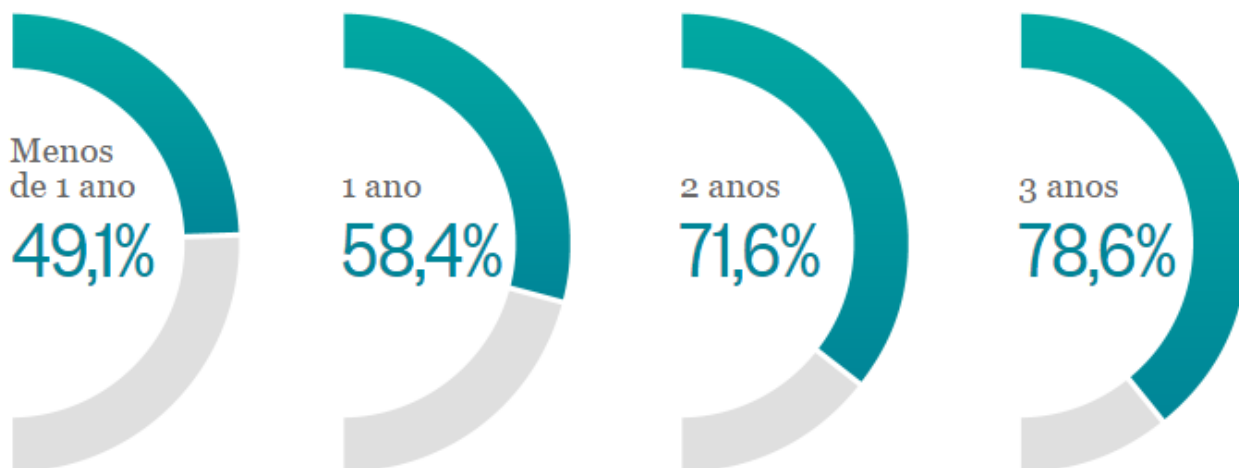
[\(O Globo, 29/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Neste conjunto de crianças pequenas não matriculadas, porém, parece haver uma demanda não preenchida: responsáveis por elas demonstraram interesse em fazê-lo em 61,8% dos casos. Este interesse avança à medida que a criança cresce, chegando ao maior percentual entre crianças de 3 anos.

Adriana Araújo Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, destaca que diversos estudos que já indicaram a importância do investimento, não apenas financeiro, nas crianças já nos primeiros anos de vida. Um deles, do americano e Nobel de Economia James Heckman, fez um estudo longitudinal por anos acompanhando o desenvolvimento de crianças de acordo com estes investimentos.

Crianças fora de creche cujos responsáveis têm interesse em matriculá-las

Conforme a idade avança, há maior demanda por unidades de educação infantil



Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015

O GLOBO

— Crianças que passam pela educação infantil têm maior probabilidade de frequentar a escola posteriormente. A inserção no mercado de trabalho também aumenta, enquanto o envolvimento na criminalidade e violência diminui. Esse retorno é tanto maior principalmente quando é feito em crianças em condição de vulnerabilidade — destaca Beringuy. — A creche não tem só o papel de letramento, ela tem uma função igualmente importante de desenvolvimento de estímulos, orientação familiar e até o cuidado com a higiene e saúde.

O documento publicado pelo IBGE destaca, no entanto, que somente o aumento da oferta de creches e escolas não é suficiente: a qualidade deste ensino também é fundamental, o que exige plano pedagógico e estrutura física nas unidades.

PUBLICIDADE

O estudo mapeou também onde e com quem as crianças de 0 a 3 anos passam a maior parte do tempo. Cerca de 84% delas permanecem, de segunda a sexta-feira, no mesmo local e com a mesma pessoa de manhã e de tarde. Destas, a maioria (78,6%) fica no domicílio em que reside e com um dos responsáveis pela criança (74,5%).

[Feministas debatem idade mínima igual](#)

[para aposentadoria de homens e mulheres](#)

Ponto é um dos mais polêmicos da reforma da Previdência

A agenda da reforma da Previdência voltou a ser discutida na semana passada e está causando divergências, principalmente quando o assunto é a igualdade de idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres. Atualmente, as mulheres podem se aposentar por idade aos 60 anos e os homens aos 65 anos. O governo quer adotar 65 anos para todos. Duas estudiosas das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo, economista e professora da UFF, e Bila Sorj, socióloga da UFRJ, debateram a questão.

[\(O Globo, 22/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

Para Hildete, a desigualdade no mercado de trabalho, que faz as mulheres sofrerem com desemprego maior, a taxa é de 11,7% contra 9,6% dos homens e o salário 24% menor que o dos homens, não permite que se adote a igualdade exatamente na aposentadoria.

[Clique aqui para assistir à entrevista](#)

Bila Sorj defende a igualdade, mas acredita que o ideal é que se aumente a idade para aposentadoria feminina aos poucos, conforme as políticas públicas voltadas para aumento do acesso à creche e à escola em tempo integral comecem a atenuar a carga de trabalho doméstico.

[Leia mais: Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres \(O Globo, 21/02/2017\)](#)

A jornada total da mulher, unindo trabalho remunerado e doméstico, é cinco horas maior que a do homem. Elas dedicam cerca de 20 horas por semana à casa enquanto os homens trabalham cerca de 10 horas em casa. As creches atendem a 25% das crianças de 0 a 3 anos e a escola em tempo integral no ensino fundamental chega a apenas 9%.

Enquanto a maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral, há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel tradicional feminino.

Por Cássia Almeida

[Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e](#)

[mulheres](#)

Maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e baixa cobertura de escolas em tempo integral

A intenção do governo de igualar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres está provocando debate entre feministas de diversos ramos acadêmicos. A maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral. Mas há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel tradicional feminino. Para se chegar à igualdade, no entanto, defendem que é necessário um tempo de transição.

[\(O Globo, 21/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

A proposta do governo que está tramitando no Congresso prevê 65 anos de idade para se aposentar. Atualmente, as mulheres podem requerer o benefício a partir de 60 anos e os homens, 65 anos.



Professora Hildete Pereira de Melo. Faculdade de Economia Campus de Gragoata (Foto: Luiz Morier / Agência O Globo)

A economista e professora da UFF, estudiosa das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo é categórica na sua defesa da aposentadoria mais cedo para as mulheres:

— Nos países em que há igualdade, há também políticas compensatórias para as mulheres. Há que ter uma compensação para o trabalho reprodutivo.

No Brasil, as creches, públicas e privadas, atendiam a 24,6% das crianças de 0 a 3 anos em 2014. Só 9% dos estudantes estão na escola em tempo integral.

A socióloga Clara Araújo, da UFRJ, defende a igualdade, mas está contra a reforma do jeito que está posta na mesa. Ela defende um período de transição, inclusive para os homens.

— Dedicar mais tempo ao trabalho doméstico e interromper a carreira para atender à família

prejudicam efetivamente a aposentadoria. Mas a forma de enfrentar o problema não é reforçando essa visão essencialmente paternalista e que estimula os papéis sexuais. A esta altura, no Século XXI, não há como defender essa diferença. E mundo caminha para igualdade.

Em 14 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países desenvolvidos, a idade para se aposentar é a mesma para homens e mulheres.



Lena Lavinas, professora da UFRJ

A economista Lena Lavinas, professora da UFRJ e atualmente no Institute for Advanced Study de Berlim, é contra a mesma idade mínima. Diz que a reforma subverte os princípios da Previdência brasileira:

— Nosso sistema é de repartição. Os jovens pagam para os idosos e os homens para as mulheres, já que elas trabalham mais e ganham menos. Há um efeito redistributivo na previdência. É a característica intrínseca do sistema de repartição. As mulheres não têm que pagar por mais tempo. O ideal é que mais mulheres contribuam. Se desincentivar a contribuição, todos sairão perdendo.

As mulheres ganhavam 76% do salário do homens em 2015. Em 2004, era 70%.

A carga do trabalho reprodutivo nas mãos das mulheres é outro argumento das feministas que defendem que haja compensação na hora de se aposentar. Hoje, a jornada total (trabalho fora e em casa) da mulher ultrapassa em cinco horas à do homem. É nesse ponto que a socióloga Maria Betânia Ávila, pesquisadora do Instituto Feminista para Democracia SOS Corpo, do Recife:

— A mulher tem uma intensidade de trabalho bem maior. É um trabalho contínuo. Começa a

trabalhar em casa, vai para o trabalho remunerado, depois volta para o trabalho doméstico. Sobra pouco tempo para a carreiras mais permanentes e até para representação política. A mulher trabalha até no lazer. Cuida do filho na praia, na festa.

Maria Betânia diz que a comparação com os países da OCDE não é a ideal.

_ Nesses países, a escola é em tempo integral e há acesso à creche. Tem que ver a realidade social de cada país. Os países do Sul têm trabalho tão precário quanto o nosso.



Bila Sorj, professora da UFRJ, dá entrevista sobre a pesquisa 'Trabalhadoras Brasileiras: Trabalho remunerado e cuidados com a casa - uma tensão permanente' (Foto: Marcelo Camargo / ABr)

Bila Sorj, socióloga e professora da UFRJ, já defende a igualdade, com ressalvas, como um período de transição de dez anos.

— Sou a favor da igualdade de gênero, portanto tem que ser consistente com modelo de previdência que proponha a igualdade na idade de aposentadoria. É importante a equalização da mulheres e homens. Como a mulher trabalha mais horas, o ideal é que fosse implantada ao longo de dez anos, para dar tempo que as políticas públicas para atenuar o trabalho reprodutivo fossem implantadas também, com aumentar a licença-paternidade para ter divisão melhor do trabalho doméstico e mais creches.

Para Marta Castilho, coordenadora da Pós-Graduação em Economia da UFRJ, as mulheres são sub-representadas nos estratos mais elevados do mercado de trabalho:

— Isso mostra que a mulher não está competindo em pé de igualdade. Se não é igual de um lado, por que vai ser pelo outro? A sociedade não avança no primeiro ponto e só sobra a penalização para as mulheres.

Marta afirma que a previdência não pode ser olhada somente pelo lado fiscal.

— É um equívoco. A Previdência foi responsável pela queda na pobreza no campo.

A diretora da Academia Brasileira de Ciência e professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Márcia Barbosa, lembra que o Brasil não caminha para igualdade na divisão sexual do trabalho doméstico. Nos últimos dez anos, os

homens gastam as mesmas dez horas semanais com a casa, enquanto as mulheres dedicam o dobro.

— Se estivéssemos num mundo ideal de justa distribuição do trabalho, poderia ter as mesmas regras da aposentadoria. Além disso, a discussão de gênero não existe nas escolas. Os meninos não aprendem a cozinhar, costurar, cuidar de crianças.

Márcia lembra que também cabe à mulher o cuidado dos idosos e dos doentes:

— O fim da vida do trabalhador recai sobre a mulher. Igualar o tempo na esperança que os homens serão maravilhosos não vai resolver. A mulher só vai trabalhar muitos anos a mais.

CAETANO: 'CONGRESSO É SOBERANO'

Rosália Lemos, professora de Cultura Afro-brasileira e Educação em Direitos Humanos da IFRJ/Nilópolis e feminista negra, diz que a mudança será mais dramática para as mulheres negras.

— Elas estão ocupada em trabalhos de qualificação e remuneração menores e de risco maior. É um retrocesso nos direitos humanos das negras. Somos nós que sofremos mais no mercado. Ganhamos muito menos do que homem negro, homem branco e mulher branca.

A principal ocupação da mulher negra é o emprego doméstico, no qual a formalização é de cerca de 30%.



Ana Amelia Camarano. Entrevista com a organizadora do livro sobre os efeitos da redução da população a

partir de 2050 (Foto: Fabio Rossi / Agência O Globo)

Ana Amélia Camarano, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defende a igualdade desde que a transição seja suave. Ela afirma que as mulheres que se aposentam por idade contribuem em média por 18 anos. Se a reforma passar, terá que contribuir por mais sete anos. Já os homens terão que contribuir mais quatro anos em relação à média atual de 21 anos:

— Sou a favor para as mulheres que não têm filhos. Hoje cresce o número de mulheres sem filhos.

A nossa taxa de fecundidade é de 1,7 filho por mulher. Para repor a população, a taxa tem que ser de 2,1 filhos.

— Tem que compensar o custo gerado pela reprodução, até para incentivar a natalidade. Sem jovens, não há previdência. Aí, não vai ter reforma que dê conta — afirma Ana Amélia.

O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, reconhece que há desigualdades no mercado de trabalho, mas que “não vão se resolver por meio da aposentadoria”:

— A Previdência não é a solução.

O secretário esteve ontem na Fundação Getúlio Vargas (FGV) num debate sobre o tema e afirmou que o “governo vai se mais fiel possível à proposta enviada ao Congresso”. Sobre a declaração de deputados de que não será possível aprovar a proposta até junho, o secretário disse que o “Congresso é soberano”

Por Cássia Almeida

Colaborou Daiane Costa

Unesco: mulheres são minoria nas áreas de engenharia e ciências da computação

Apenas 28% dos pesquisadores do mundo são mulheres; situação é melhor na América Latina, onde a agência da ONU destaca que a paridade está próxima de ser alcançada; em Moçambique, três entre 10 engenheiros são mulheres.

A Unesco lançou um relatório esta quinta-feira alertando que as mulheres representam apenas 28% dos pesquisadores do mundo. Elas também são minoria nas áreas de engenharia e de ciências da computação.

[\(Rádio ONU, 09/02/2017 - acesse o áudio no site de origem\)](#)

Os dados globais mostram que existem muitas variações em cada região do mundo. Por exemplo, nas Filipinas e na Tailândia, 52% dos pesquisadores são mulheres, enquanto no Japão, elas representam apenas 15% no país, conhecido por sua alta sofisticação tecnológica.

América Latina

A situação da América Latina é um pouco melhor: a Unesco explica que a região está prestes a alcançar a paridade entre homens e mulheres nas ciências, já que elas representam 44% dos pesquisadores.

A estudante brasileira Maria Eduarda Rossi está cursando o último ano da faculdade de engenharia de produção. De São Bernardo do Campo, ela contou à ONU News suas expectativas em relação à carreira e como é ser mulher em um mercado dominado por homens.

Fraca representação

“Antes de eu entrar na faculdade, eu sentia um preconceito maior do que eu vejo hoje. Dentro da minha sala de aula é muito equilibrado tanto de meninas quanto de homens que fazem este curso. Mas dentro da multinacional onde eu faço estágio, na gerência tem muito mais gerentes (engenheiros) homens do que gerentes mulheres. Muito pouca mulher que é uma gerente sênior do que os homens.”

Segundo a agência da ONU, as mulheres são bem pouco representadas no setor de engenharia. Israel tem apenas 14% de mulheres engenheiras e no Japão o índice é ainda menor, de apenas 5%.

A situação na América Latina também preocupa a Unesco devido à fraca participação feminina no campo das ciências da computação: o número de graduadas caiu até 13% nos últimos 17 anos.

África

Por outro lado, a Unesco informa que o total de graduadas na área de ciências agrícolas está aumentando desde 2000. Na África Subsaariana, por exemplo, oito países tem 40% ou mais de mulheres no setor, incluindo Moçambique, África do Sul e Serra Leoa.

Moçambique também ganha destaque no relatório por ter 34% engenheiras mulheres, assim como Tunísia, com 41% e Brunei Darussalam, com 42%.

O relatório é lançado às vésperas do Dia Internacional das Mulheres e das Meninas nas Ciências, celebrado em 11 de fevereiro, próximo sábado.

Leda Letra, da ONU News em Nova Iorque.